



XVIII ENANPUR
NATAL 2019
27 a 31 maio

Invisibilidade do que está visível na agricultura familiar: um olhar sobre a Juventude Rural.

Autores:

LAÉRCIO DE SOUZA - FURB - IFC - laercio.prof@gmail.com

Lúcia Helena de Souza Martins - FURB - lhsmartins24@hotmail.com

Resumo:

É uma pesquisa qualitativa que tem o propósito de apreender a realidade que envolve o universo do trabalho da juventude no meio rural. A migração do jovem do campo para o meio urbano, em decorrência da invisibilidade social, destaca a necessidade de um enfrentamento efetivo por parte do Estado. Considerar o jovem como ator permite compreender a sua relação com a família e com outros meios. Em determinados contextos são partilhados normas, valores, princípios, e relações de poder. A invisibilidade social a que estes jovens estão submetidos consiste numa das expressões mais cruéis de exclusão social, uma vez que eles não se tornam sujeitos de direitos sociais ou alvos de políticas públicas. A resistência ao processo de exclusão requer a organização dos jovens agricultores familiares, homens e mulheres, para lutarem pela libertação deste processo de dependência e invisibilidade a partir da tomada de consciência acerca da situação de opressão.

INVISIBILIDADE DO QUE ESTÁ VISÍVEL NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM OLHAR SOBRE A JUVENTUDE RURAL.

ST 03 - ABORDAGENS SOBRE O REGIONAL, O TERRITORIAL E O RURAL

Resumo: É uma pesquisa qualitativa que tem o propósito de apreender a realidade que envolve o universo do trabalho da juventude no meio rural. A migração do jovem do campo para o meio urbano, em decorrência da invisibilidade social, destaca a necessidade de um enfrentamento efetivo por parte do Estado. Considerar o jovem como ator permite compreender a sua relação com a família e com outros meios. Em determinados contextos são partilhados normas, valores, princípios, e relações de poder. A invisibilidade social a que estes jovens estão submetidos consiste numa das expressões mais cruéis de exclusão social, uma vez que eles não se tornam sujeitos de direitos sociais ou alvos de políticas públicas. A resistência ao processo de exclusão requer a organização dos jovens agricultores familiares, homens e mulheres, para lutarem pela libertação deste processo de dependência e invisibilidade a partir da tomada de consciência acerca da situação de opressão.

Palavras-chaves: juventude rural. invisibilidade. identidade. diversidade.

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento dos espaços rurais está atrelado às possibilidades de os jovens permanecerem nestes espaços, sobretudo com relação a seus projetos de vida, os quais poderão privilegiar ou não sua permanência no meio rural de acordo com as motivações existentes e com suas habilidades naturais, que podem levá-los a optarem por uma atuação agrícola ou não agrícola no espaço rural ou urbano.

Carneiro (1998) enfatiza, em suas análises, que esses jovens, por muito tempo, ficaram despercebidos por parte do meio acadêmico, sobretudo no que diz respeito a suas reais necessidades de permanência no meio rural ou a fatores que a determinam. Além disso, para Pais (1993) e Abramovay *et al* (1998), a juventude rural é marcada por instabilidades e incertezas relacionadas ao universo urbano, como a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, a necessidade de migração para cidades, situações envolvendo escolaridade e outros temas que já têm merecido a atenção de pesquisadores. A discussão sobre juventude rural também inclui o importante papel social desempenhado por esses jovens dentro de suas unidades familiares e das localidades em que constituem seus laços sociais, econômicos e afetivos, que determinará os fatores que garantirão a qualidade de vida no meio rural.

De acordo com Bordieu (1983), há diferentes tipos de juventude - e não uma única. Na sociedade contemporânea, a juventude apresenta diferentes tribos e diferentes estilos, formas de organização diferenciadas e interesses múltiplos. O mesmo autor enfatiza que, na maioria das vezes, a juventude é organizada (ou agrupada) pelos adultos, sendo, portanto, instituída por meio de clubes, partidos políticos, sindicatos e/ou até mesmo por meio de grupos religiosos. Por outro lado, ainda existem aqueles grupos que são originados pelos próprios jovens, que se sentem identificados por algum tipo de atividade esportiva, cultural ou científica.

Para Carrano (2000), o “jovem” poderia ser resumido por sua heterogeneidade na atual realidade. Assim, essa categoria social, caracterizada por uma indefinição quanto ao que é considerado ser, de fato, jovem, deve ser estudada com base no contexto de superação dos limites de idade e dos dilemas sobre a entrada no mercado de trabalho bem como quanto a seu posicionamento diante da vida.

Além disso, a juventude provoca mudanças nos âmbitos culturais e produz constantes interferências, principalmente no campo da comunicação. Isso pode ser evidenciado por meio da linguagem musical, expressões artísticas, ações na atmosfera política, esportiva, moda e comportamento. Ainda, conforme o autor citado acima, os jovens respondem a certas “[...] doutrinas e às fórmulas, que se voltam para as promessas de um futuro melhor. O foco é colocado muito mais na brevidade e emergência do tempo [...]. A juventude grita/canta/dança que o futuro é agora!” (CARRANO, 2003, p. 134).

De acordo com Puntel et al (2011), no contexto da agricultura familiar e dos processos econômicos recentes que transformam o rural em um espaço cada vez mais heterogêneo, diversificado e não exclusivamente agrícola, a juventude rural chama a atenção como a faixa demográfica que é afetada de maneira mais dramática por essa dinâmica de diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos. O abismo que havia entre a cidade e o campo, hoje não passa de uma linha tênue, onde as diferenças existentes não podem ser entendidas somente como um rural primitivo, ou um urbano civilizado. Os jovens cultuam laços que os prendem ainda à cultura de origem, ao mesmo tempo em que percebem sua auto imagem refletida no espelho da cultura urbana. Estão situados em meio a uma cruzada que ainda os prende à família e, à escola, entre o início da vida profissional e o casamento, entre a dependência e a autonomia econômica.

Entre todos os excluídos e marginalizados de nossa sociedade atual, os jovens que vivem em territórios rurais figuram entre os mais vulneráveis. A invisibilidade social a que estes jovens estão submetidos consiste numa das expressões mais cruéis de exclusão social, uma vez que, dessa forma, eles não se tornam sujeitos de direitos sociais ou alvos de políticas públicas, inviabilizando o rompimento da própria condição de exclusão. Cabe destacar que, historicamente, é a partir de insatisfações e questionamentos que se constituem possibilidades de mudança nas formas de ordenação social e de superação de preconceitos e desigualdades.

O meio rural brasileiro sofreu grandes transformações tecnológicas ao longo das últimas décadas, contudo inúmeras regiões ficaram aquém do desenvolvimento almejado. Diversas comunidades rurais permaneceram à margem da grande modernização, não apenas nos aspectos relativos à tecnologia de produção agrícola, mas também de outras inúmeras tecnologias e serviços que conferem qualidade de vida e integração entre as pessoas.

A base da agricultura familiar sempre esteve embasada na sua forma de relacionamento entre o ser humano e a natureza e, entre os seus pares. Estas situações apresentadas deflagram alterações junto à agricultura familiar e, a seus atores historicamente envolvidos. Com a aproximação do espaço urbano do espaço rural surge a necessidade de inserção da agricultura familiar em novos mercados. Mercados esses desconhecidos da grande maioria, ocorrendo então a possibilidade do surgimento de

novos valores sociais, econômicos, políticos e ambientais que podem influenciar de maneira dramática a estrutura familiar do espaço rural vigente.

Seja na agricultura ou em atividades rurais não agrícolas, a iniciativa dos jovens vivendo hoje no interior da agricultura familiar encontra certa resistência, não só por razões estritamente econômicas, mas também pela natureza da relação entre as gerações e entre os gêneros. Dessa forma o presente estudo visa contribuir para o debate em questão, evidenciando sua relevância teórica, na medida em que pode vir a oferecer subsídios para a produção de novos conhecimentos na área do desenvolvimento regional, com foco na juventude rural.

2. Os Jovens Rurais e suas Identidades

A Organização Mundial de Saúde (OMS), por exemplo, procurou definir os indivíduos como jovens, delimitando-os numa faixa etária que iria dos 10 até os 19 anos de idade. Já para a Organização Internacional da Juventude (OIJ), a juventude deveria se estender quase até os 30 anos. Mediante as transformações nos últimos anos, sobretudo com o aumento dos anos de estudo pelos mais jovens, a OIJ instituiu a faixa que vai dos 10 aos 29 anos para demarcar o período a ser considerado como juventude. Essa faixa, assim delimitada, permite a ampliação da amostra de jovens. Abramovay et al. (1998) trata desse assunto em ampla pesquisa sobre juventude rural e agricultura familiar no Oeste de Santa Catarina. No Brasil, há ainda as definições proferidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) com a faixa etária dos jovens compreendida entre 12 e 18 anos de idade. E, para fins estatísticos e de dados populacionais, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) define a categoria juventude como aquela que é mensurada entre 15 a 24 anos de idade (WEISHEIMER, 2004).

Para Wanderley (2009, p. 298), a vida social, e porque não afirmarmos que a identidade, resultam do “entrelaçamento de relações sociais” que perpassam o espaço local e que estão baseadas em relações de parentesco, de trabalho, de vizinhança e, embora possa ocorrer migração de membros da família ou do grupo para fora do espaço geográfico, da comunidade para outros locais, como para a sede da cidade, isso não acarreta em extinção das relações sociais, muito menos afeta o sentimento de pertencimento a determinado grupo social.

Peralva (1997) compreende os estudos da juventude como um período de transformações, ou seja, analisa o “jovem” como modelo cultural, sendo esse inserido, por tanto, num conjunto de valores, crenças, interações (individuais e coletivas), sobretudo a partir das similaridades e diferenças que constituem os jovens como uma categoria social. De tal modo, o jovem, independente de seu grupo (ou subgrupo), sente-se pressionado a assumir compromissos, responsabilidades e papéis que o levem à condição de adulto. Entretanto, dúvidas e incertezas constituem predominantemente essa fase.

Como denomina Erikson (1976), essa é a fase da “crise de identidade”. Segundo o autor, a situação de crise é desenvolvida mediante os processos de incertezas e questionamentos do jovem sobre o seu planejamento futuro. Dessa forma, a escolha de qual atitude tomar está condicionada à sua capacidade de assumir responsabilidades em prol da constituição de seu projeto de vida. Assim, constitui-se o elo sobre a questão da construção da identidade do jovem como indivíduo capaz de tomar decisões, tentando constituir a sua personalidade mediante as condições dadas tanto em suas questões psicológicas, como por meio das condições e interferências externas. No entanto, as atitudes e o momento de alcance da maturidade como adulto ocorrem entre diferentes tipos de identidade, de diferentes formas e em diferentes processos e linearidade temporal (ERIKSON, 1976).

Desse modo, o dilema que a juventude tem diante do futuro diz respeito à situação caracterizada pelo fato de que, ao mesmo tempo em que se abrem possibilidades diversas, muitas vezes, alguns jovens, dependendo das condições em que se encontram, não têm o que escolher e ficam

acuados pelas condições ambientais, sociais ou psicológicas (CASTRO; CORRÊA, 2005). Assim sendo, é muito comum associar juventude com as crises de identidades, muitas dessas provocadas pelas dificuldades de inserção profissional, pelo aumento das exclusões sociais e transformações da própria condição de ser jovem (DUBAR, 2005).

Porém, essas vantagens podem ser uma fonte de problemas quando há conflitos entre gerações ou quando o sucessor não se compromete com o trabalho e não assume novas responsabilidades e papéis, o que resulta em oportunidades para que desenvolva as habilidades necessárias para assumir o empreendimento da família.

As atividades do dia-a-dia são vividas conforme o que Heidegger (1981) chama de solitudine compreendida numa perspectiva fenomenológica existencial como o modo humano de coexistir. A solitudine, também chamada de cuidado, pode ser tanto orientada pela consideração, respeito, paciência, tolerância e esperança, quanto vivida no modo que o autor chama de impróprio ou deficiente, no dia a dia. Entretanto, “a convivência cotidiana mantém-se entre os dois extremos da preocupação - a substituição dominadora e a anteposição liberadora - mostrando-se inúmeras formas mistas”.

Viver em família remete a um modo de se tratar mutuamente, de cuidar de cada um e da própria vida familiar, carregado de afetividade, com sentido nem sempre explicitado e sob o peso de tradições passadas de geração em geração. Consequentemente, para superar a situação de invisibilidade, não basta desenvolver estudos que tenham nos jovens os sujeitos investigados. É preciso antes problematizar a própria construção do objeto, ou seja, as relações sociais nas quais os jovens se inserem e que fazem da própria categoria juventude uma construção social em disputa.

3. Definindo o problema da invisibilidade social

Weisheimer (2013) em suas análises enfatiza que a invisibilidade “consiste” na característica de um objeto de não ser visível aos observadores porque não absorvem e nem refletem luz. Ao acrescentarmos o termo social, estamos nos referindo a situações em que determinados sujeitos se encontram imperceptíveis nas relações sociais. Trata-se, portanto, de uma ação social que implica em não ver o outro, enxergar sua existência social e tudo que decorre deste fato. Entre todos os excluídos e marginalizados de nossa sociedade atual, os jovens que vivem em territórios rurais figuram entre os mais vulneráveis.

Enquanto eles permanecerem invisíveis ao sistema político, não sendo socialmente reconhecidos como sujeitos de direito, dificilmente serão incluídos na agenda governamental. Até que essa inclusão ocorra, o que se tem são “estados de coisas”: situações mais ou menos prolongadas de incômodo, injustiça, insatisfação ou perigo, que atingem os grupos de jovens rurais, sem chegar a compor a agenda governamental ou mobilizar as autoridades políticas (Rua, 1998).

O atual “estado de coisas” implica em negação do direito básico de ter tratamento e oportunidades iguais, ou seja, representa a negação da cidadania para a juventude do meio rural. Não é exagero dizer que os jovens rurais não gozam do direito à cidadania quando se trata de admiti-los como sujeitos ou atores políticos, com direito de participar das decisões que afetam sua vida e seu futuro. Além disso, da perspectiva dos direitos sociais, mesmo os mais elementares, essa juventude convive com diversas situações de não reconhecimento, preconceitos, estigma, marginalidade e exclusão.

Pouco se sabe ainda sobre os efeitos das transformações que podem ser provocadas pelas mudanças nas relações dos jovens com seu papel histórico no meio rural. Este tema abre, portanto, uma agenda para novos estudos em um campo tão instigante e cuja delimitação ultrapassa o contexto

do rural, aportando em uma reconfiguração nas relações espaciais, sociais, culturais, econômicas e de gênero.

Para alguns jovens, essa situação representa um viés de transformação; para outros, um desafio, que a inexperiência, a apatia e atitudes tidas como rebeldes os transformam em transgressores de regras. Esse contexto vivenciado pela juventude marca a transição para a vida adulta, representando um momento de incertezas e de inúmeros questionamentos quanto às possibilidades de ter ou não sua vida ligada ao campo, às dinâmicas relacionadas, às suas idas e vindas entre o rural e o urbano (FORACCHI, 1972; BOURDIEU, 1983).

Para tanto, o retrospecto sobre as transformações e influências externas e internas, além dos níveis de desemprego, formas de trabalho (formal ou informal) afetam as projeções dos jovens acerca de qual caminho seguir e de que forma fazê-lo. Segundo Pochmann (2004), os jovens são os indivíduos mais afetados dentro das classes socioeconômicas mais pobres, havendo um distanciamento entre o que os jovens gostariam de realmente ser (idealizações) e o que eles realmente conseguem ser (condições reais).

Ocorre que para combater a invisibilidade social tem-se um elemento importante que é o processo de tomada de consciência, que na perspectiva de Dussel (2012), trata-se da necessidade da vítima reconhecer e apropriar-se da sua condição de invisibilidade. Ele coloca que este momento é anterior ao exercício da razão crítica discursiva. Os jovens agricultores necessitam reconhecer-se no contexto das políticas públicas para o meio rural e coletivamente organizar-se para provocar as mudanças, entendendo que a construção pela participação e a possibilidade de mudança social integram o “refletir” sobre as transformações possíveis ou, na proposta da ética da libertação, a criação de propostas factíveis a partir da libertação das vítimas. (DUSSEL, 2012)

As formações sociais periféricas, nos centros urbanos e rurais, acabam oprimindo grupos de uma forma silenciosa, pois geram um movimento de normalidade nas relações de poder. As jornadas excessivas de trabalho, a apropriação de direitos, a usurpação da educação, enfim, negligenciam direitos básicos com o caráter de normalidade dentro das relações que se estabelecem no território. Ocorre que no ambiente rural observa-se a imposição do agronegócio sob os agricultores familiares e as dificuldades atingem de forma visceral os jovens que sentem diretamente o impacto social, cultural e econômico. Desta forma, reconhecer-se como vítima do sistema, ter consciência da dor e assumir uma posição de vítima-participativa será essencial para o jovem deixar a condição de invisibilidade e assumir a perspectiva de construção de novas relações.

3.1. A questão de gênero e geração no espaço rural

O movimento de tomada de consciência para discussão das complexidades que envolvem a vida dos jovens agricultores precisa avançar para o debate de gênero.

Segundo Dussel (2012), todo e qualquer processo participativo deve considerar a existência de afetados-excluídos envolvidos nos momentos reais de participação. Existe a impossibilidade factível de localizar todos os excluídos atuais e futuros dentro do sistema. Não há como ter consciência de todos os excluídos do presente e os que serão potencialmente excluídos no futuro. (DUSSEL, 2012)

“Durante milênios, a mulher era uma ‘afetada’, por exemplo, na questão do ‘pátrio poder’, mas não se tinha consciência disso, e foi por isso ‘excluída’ facticamente da discussão. O mesmo se dava com as etnias discriminadas pelo racismo, as gerações futuras na questão ecológica etc.” (DUSSEL, 2012, p. 417)

Pensar a discussão do jovem no meio rural requer também repensar o papel e o espaço que a mulher ocupa nesta formação social.

Neste sentido, a análise das relações de gênero que interessa neste momento, parte da premissa que a divisão social de trabalho e as relações entre homens e mulheres não são construídas em função de suas características biológicas. Mas, de um produto social que legitima as relações de poder. Nas sociedades onde predomina a dominação masculina não é tão fácil transpor este obstáculo, uma vez que uma ruptura supõe mudança de consciência não apenas dos dominados, mas também dos dominantes.

A família é uma unidade indivisível de produção e consumo, hierarquizada, observando gênero e faixa etária, com vínculos de consanguinidade e de afinidade e, eventualmente, de adoção. Apresenta um caráter dinâmico, abrigando duas ou três gerações no mesmo teto. A hierarquização familiar, o papel da chefia masculina autoritária e o trabalho eram constitutivos dos vínculos familiares (RENKE et al., 2010).

As relações de gênero no meio rural, ao mesmo tempo em que definem o lugar do feminino e do masculino, classificando as moças a partir da moralidade, regulando assim o seu pertencimento àquela coletividade (SCOTT, 2007), também definem esse pertencimento a partir do contraste (BARTH, 1998) ser matuta e direitinha naquele contexto é ser diferente de alegre, ou de 'avuada', é pertencer a um mundo em que sua posição será definida pelo seu comportamento em relação ao sexo oposto, o que também a separa da moça urbana. A identidade de direitinha, ao mesmo tempo em que identifica a moça 'melhor', também a identifica como moça rural em oposição ao urbano.

A terminologia sexo é quase sempre usada para definir as diferenças anatômicas e fisiológicas entre masculino e feminino, já a expressão gênero diz respeito às diferenças psicológicas, sociais e culturais entre homens e mulheres. O gênero está ligado a noções socialmente construídas de masculinidades e feminilidades (GIDDENS, 2005).

Para Bourdieu (1995), a divisão sexual, que assegura a dominação masculina, está fortemente presente nas práticas cotidianas, na ocupação e divisão do espaço, na organização do tempo, ou seja, no *habitus* de cada indivíduo e de tal forma que pareça natural. A diferença biológica entre masculino e feminino surge para justificar uma diferença que é socialmente construída.

Para Giddens (2005), os papéis dos homens geralmente são mais valorizados e recompensados que os das mulheres. Também em quase todas as culturas as mulheres são responsáveis pelas crianças e pelo trabalho doméstico. Essa divisão do trabalho levou à desigualdade na distribuição de poder, prestígio e riqueza entre homens e mulheres.

Na agricultura, o trabalho de mulheres, crianças, idoso e jovem nas lavouras ou em outras atividades econômicas ou próximas a casa, pode ser considerado ajuda, mesmo fazendo parte do que é considerado produtivo. Assim, podemos perceber por intermédio desta valorização o que pode ser vendido e gerar renda porque o trabalho doméstico é desconsiderado. Essa possibilidade, porém, tem um lado negativo. A proximidade entre os dois tipos de trabalho acaba por confundi-los, fazendo com que as tarefas ligadas à agricultura sejam consideradas quase como uma extensão do trabalho doméstico e, portanto, como trabalho não produtivo.

Tem razão neste sentido Panzutti (1996), ao afirmar que "... a família, ao ingressar na modernização, no processo mais abrangente de acumulação, não rompe com os padrões tradicionais de submissão feminina".

Assim, jovens e mulheres formam um par dialético como a paisagem e o espaço, complementam-se e se opõe. Parafraseando Santos (1988), paisagem é tudo o que vemos, o que nossa visão alcança, além de tudo que sentimos e ouvimos, em suma, tudo o que percebemos. Já o espaço

contém o movimento. O espaço e a paisagem são produtos da sociedade, de suas infindáveis e tão diversas realizações (SANTOS, 1998).

A própria ideia de 'natureza' é, na verdade, uma construção social associada às visões de mundo e interesses de agentes sociais concretos (DOUGLAS, 1966; SOPER, 1995; BECK, 1992; GIDDENS, 1991, 1993, 1996; LATOUR, 1988, 1994, 2004). É como consequência de sistemas de valores e interesses que a natureza é construída, tanto simbólica quanto materialmente, através da valoração econômica da intervenção física e da sua apreciação estética. Trata-se de um processo recursivo no qual, por um lado, os ambientes delimitados, domesticados e transformados constituem uma construção social que induz a um tipo específico de utilização ou de experiência culturalmente condicionada, e, por outro, a busca de certas experiências ou resultados induz a específicas intervenções físicas no ambiente, a fim de satisfazê-las (FLORIT, 2011).

Uma nova construção social para o reconhecimento dos jovens agricultores, homens e mulheres, requer reconhecê-las como sujeitos participantes dessas complexidades que envolvem o modo de vida no ambiente rural.

A tomada de consciência tem, dentre seus elementos, a necessidade do reconhecimento de cada sujeito participante como um ser único e distinto (para além do ser igual), ou seja, reconhecer a existência e a importância do dissenso. Trata-se de reconhecer e dar voz ao outro e reconhecê-lo como ser ético, livre e como sujeito de novos direitos. (DUSSEL, 2012)

As mulheres ocupam um espaço importante e suas contribuições no campo são determinantes, porém ainda permanecem invisíveis dentro de um sistema que só a percebe como um ser participante na dinâmica do trabalho doméstico.

4. A diversidade das juventudes rurais

Há uma especificidade ao se tratar da juventude rural, que apesar de ser já percebida como um sujeito específico com desejos, sonhos, problemas e questões específicas, pertencem a uma família que é encarada no contexto do campesinato como uma comunidade familiar que se constitui como comunidade afetiva, de interesses e de conflito e vive uma relação específica que não pode, por outro lado, ser confundida com uma relação familiar urbana (WANDERLEY, 1999).

As transformações ocorridas em todas as áreas das atividades humanas na sociedade, por intermédio de novas formas de pensar, agir, produzir, impõem a necessidade de ser repensada e reestruturada a questão da agricultura familiar, seja pela incorporação de novas tecnologias, pelos novos modelos de gestão, pela necessidade de formação de novos agricultores responsáveis socioambientalmente.

As relações de gênero que a divisão social de trabalho apresenta e, as relações entre homens e mulheres não são construídas em função apenas de suas características físicas e biológicas. Mas, são resultados de um produto social que legitima as relações de poder. Segundo (MOYSES, 2013), a naturalização destes padrões de comportamento leva a crença generalizada de que se deve agir de acordo com determinados moldes, sendo um dos elementos fundamentais da submissão, do não questionamento, da manutenção da ordem e do poder. Mas, justamente pelo contrário, é por meio de insatisfações e questionamentos que se constituem possibilidades de mudança nas formas de ordenação social e de superação de preconceitos e desigualdades.

Trazer o "não-ser" para ocupar o espaço de "ser-social" requer o reconhecimento dos valores de todos os atores sociais, no caso em tela os jovens agricultores, pela sociedade.

A mudança pela participação requer esse novo ponto de partida, o reconhecimento do "nós" de um povo como sujeito e assim perceber o "nós estamos" a partir da "nossa" sabedoria. Trata-se da

importância da vítima estabelecer-se e ser reconhecida a partir da sua lente para o mundo. A vítima é um sujeito vivo, detém as suas histórias e é fruto da cultura do seu povo. (DUSSEL, 2012)

A diversidade cultural está sempre em pauta quando se discutem questões que envolvem as relações interpessoais, características de lugares a até fatores ligados com o desenvolvimento de uma região ou lugar. A cultura responde a essência daquilo que as comunidades realmente precisam. A pluralidade, diversidade e a dinamicidade, inerente a um determinado grupo ou sociedade; que além dos ditos familiares, da maneira de vida, da significância dos seus vocabulários, de inigualável valor, tornam a cultura como única (ARANHA; MARTINS, 2009).

A partir desta visão ampla de cultura, tudo no mundo humano é cultura, não existindo um único aspecto que não seja cultural. Dentre todas as memórias, as ações e identidades que formam um grupo, uma comunidade, ou um país, algumas são escolhidas para representar de forma majoritária a população e são estabelecidas como patrimônio oficial, outras não tem este reconhecimento e podem cair no esquecimento.

As culturas são padrões de comportamento socialmente transmitidos que servem para adaptar o homem aos seus embasamentos biológicos - tecnologias, organização econômica, padrões de agrupamento, crenças, religião (KEESING, 1974 apud LARAIA, 2003). Cultura, para Goodenough (apud LARAIA, 2003) é “tudo aquilo que alguém tem de conhecer ou acreditar para operar de maneira aceitável dentro de sua sociedade”. O mundo cultural é um conjunto de ideias, valores, significados, princípios ou fundamento moral ou ético capaz de conduzir ou direcionar a ação ou forma de agir de uns seres humanos já estabelecidos por outros, de modo que ao nascer à criança encontra-se diante de valores já dados. A língua que aprende, a forma de nutrir-se, o jeito de sentar-se; andar, correr, brincar, o modo de exprimir-se nas conversas, as relações familiares, tudo, enfim se encontra codificado. Até na emoção, que nos parece uma manifestação tão natural, ficamos ao capricho de regras que educam a nossa forma de manifestação desde a infância.

Dessa forma, é fundamental que as comunidades locais tenham condições de avaliar o que pode ser identificado como sua herança cultural, para que possam inclusive garantir que ela se perpetue para gerações futuras. Conforme Palange (1999), um povo que depende de outros povos para o atendimento de suas necessidades e não busca caminhos dentro da sua potencialidade não tem possibilidade de se libertar e a dependência torna-se cada vez maior.

Para Giddens, o que torna qualquer tradição diferente é o fato de ela definir uma espécie de verdade. Para alguém que age de acordo com uma prática tradicional, as perguntas sobre a existência de alternativas não fazem sentidos. Contudo, por muito que mude, a tradição proporciona meios de ação que são pouco questionáveis. Além disso, ressalta-se que há um espírito transformador próprio dessa categoria social, mesmo que, às vezes, a sensação de que alguns jovens possam ser apáticos, inexperientes, sensíveis ou associados a atos de violência, com o acometimento de pequenas infrações, rebeldia e transgressão de regras que ainda prevalece no imaginário do universo adulto (FORACCHI, 1972).

Portanto, constitui-se o jovem não só como um importante agente transformador de ações em nível local, mas também como um ator social importantíssimo para o desenvolvimento rural.

5. Procedimento metodológico e resultados obtidos

A pesquisa teve como objetivo colocar em discussão o papel da juventude no contexto do território rural. Para tanto, colocou-se como tópicos de análise os seguintes itens: a) os jovens rurais e

suas identidades; b) definindo o problema da invisibilidade social, b.1) A questão de gênero e geração no espaço rural; c) A diversidade das juventudes rurais.

Destaca-se que pesquisar, conforme Minayo (1998), “implica também considerar que o objeto das ciências sociais é complexo, contraditório, inacabado e em permanente transformação”. Neste sentido, a pesquisa que foi desenvolvida é de natureza descritiva com abordagem qualitativa. Nesta direção, Minayo e Sanches (1993) entendem que:

[...] a abordagem qualitativa realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se envolve com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas. (MINAYO; SANCHES, 1993, p.)

Foi nesta perspectiva possibilitada pela abordagem qualitativa que se desenvolveu as análises sobre estas questões que permearam o início do debate sobre a migração do jovem do espaço rural para o meio urbano e a necessidade do avanço de políticas públicas focadas neste jovem e a sua invisibilidade.

Quanto à finalidade, Minayo e Sanches (1993) afirmam que ‘o conhecimento científico é sempre uma busca de articulação entre uma teoria e a realidade empírica’. Portanto, trata-se de uma pesquisa teórico-empírica e exploratória. Teórica-empírica porque busca fundamentação na teoria para explicar a realidade social pesquisada. Trata-se de uma pesquisa exploratória que teve o foco de avançar nas pesquisas sobre a área do desenvolvimento regional no que tange a especificidade da questão do trabalho feminino na área rural. Observou-se que há um impacto significativo das ações femininas na economia rural. A mulher atua em vários campos e capaz de articular ações que vão desde o desenvolvimento da identidade pelo artesanato e pelo avanço no refinamento da produção de produtos como compotas e geleias.

O avanço na produção científica de novos conhecimentos nesta área é fundamental, pois se sabe que é um campo do saber que fica em segundo plano. O debate sobre o jovem, seja no campo ou no meio urbano, precisa avançar significativamente. O jovem representa a esperança de mudança em todas as suas perspectivas, essencialmente no que tange a ética nas relações entre todos os seres. Conforme Minayo (1998) “a relação dialética entre teoria e realidade empírica se expressa no fato de que a realidade informa à teoria que por sua vez a antecede, permite percebê-la, formulá-la, dar conta dela, fazendo-a distinta, num processo sem fim de distanciamento e aproximação”.

As pesquisas com objetivos exploratórios se caracterizam, na maioria das vezes, no formato de pesquisa bibliográfica (GIL, 2002). Para tanto, será realizado levantamento bibliográfico e de dados, pautado nos autores que estudam o modo de vida no meio rural e a participação dos jovens no campo e a questão da invisibilidade na América Latina. A análise dos dados levantados tem em consideração o impacto destas questões no desenvolvimento regional e a necessidade de se pensar uma nova postura ética nas relações que se estabelecem no território.

Assim, quanto aos procedimentos técnicos, trabalhou-se com uma pesquisa bibliográfica, pela utilização de material já publicado, constituído basicamente de livros, artigos de periódicos e, atualmente, de informações disponibilizadas na internet. “A pesquisa bibliográfica caracteriza-se por um levantamento bibliográfico delineado pela busca das fontes, leitura do material, fichamento, organização lógica do assunto e redação do texto” (GIL, 2002).

A proposta metodológica permitiu a confirmação da hipótese de que a invisibilidade do jovem no território rural persiste e, neste sentido, é preciso que a luta seja intensificada porque a sua participação no contexto familiar e profissional é efetiva.

6. Conclusões

Os agricultores familiares historicamente apresentam estreita relação com os grandes complexos agroindustriais num processo em que se tornaram fornecedores de matérias-primas para a transformação em produtos padronizados sob o regime de produção industrial.

Essa articulação, por sua vez, aprofundou os processos de concentração e de exclusão da maioria desses pequenos agricultores. Assim, a par do crescimento e do poder das grandes cadeias agroindustriais “verticais”, os agricultores familiares vêm reagindo através de inúmeras iniciativas e práticas que buscam um reposicionamento nos mercados agroalimentares, se inserindo de forma autônoma e construindo novos mercados através da produção e processamento de alimentos de qualidade diferenciada, seja artesanal, orgânica, nos modos de fazer, na identificação com a cultura e valores do local.

Neste mesmo movimento de resistência dos agricultores familiares, emerge a necessidade dos jovens agricultores, homens e mulheres, lutarem para libertar-se deste processo de dependência e invisibilidade a partir da tomada de consciência acerca da situação de opressão, exclusão e aculturação. Necessitam compreender o potencial que possuem no contexto do campo e do espaço de poder. É preciso que assumam a herança cultural e mantenham as práticas e valores da agricultura familiar como modo de vida.

A ausência de políticas públicas para os jovens no campo é fruto de um processo de exclusão que se perpetua no tempo. A organização dos jovens impõe a eles a busca pelo conhecimento e partilha de experiências por meio de uma formação coletiva.

Sobre a necessidade de formação comunitária, política e crítica as vítimas, propõe Burgos (1993):

Posso dizer que não tive um colégio para minha formação política, mas sim que minha própria experiência que tratei de converter numa situação geral de todo o povo. (...) A opressão cultural, que cuida de tirar-nos nossos costumes, para que nos dividamos e que não exista comunidade entre nós. (BURGOS, 1993, p. 180)

O processo de participação, após a tomada de consciência, é crucial para a mudança do paradigma da invisibilidade. A organização da comunidade, por meio de um processo participativo, envolve a necessidade de abertura para o diálogo e o envolvimento do grupo.

A mudança exige consciência crítica do grupo, reflexão coletiva e a prática tomada pelo objetivo da comunidade. Ela acontece em grupo, pelo engajamento de todos, com responsabilidade. O excluído social reencontra-se enquanto sujeito e passa a construir novos conhecimentos. (FREIRE, 2016)

Jovens agricultores, considerados excluídos do processo pela invisibilidade, necessitam organizar-se para compreender as mazelas sociais a que estão sujeitos e pela participação conseguirem propor ações factíveis e sensíveis a todos os atores sociais envolvidos pela complexidade da vida no campo.

REFERÊNCIAS

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

ABRAMOVAY, R. *et al.* **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: Introdução a Filosofia**. 4 ed. São Paulo: Moderna, 2009.

BARTH, Frederik. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. IN: Poutignat, Philippe; Streiff-Fernart, Jocelyne, Teorias da Etnicidade. Ed. UNESP, SP, 1998

BOURDIEU, P. **A juventude é apenas uma palavra**. In: Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p.112-121.

_____. **A dominação masculina**. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.20, n.2, 1995.

DONAHOE, J. W. , Burgos, J. E., & Palmer, D. C. (1993). **A selectionist approach to reinforcement**. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 60, 17-40.

CARNEIRO, M. J. **O ideal urbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais**. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 21, 1998, Vitória. Herança: dimensões do código consuetudinário de camponeses teuto brasileiros. Vitória: ABA, 1998.

CARRANO, P. C. R. **Juventude: as identidades são múltiplas**. In: Movimento, Rio de Janeiro, n.1, p. 52-72, maio 2000.

_____. **Juventudes e cidades educadoras**. Petrópolis: Vozes, 2003

CASTRO, L. R.; CORREA, J. **Juventudes, transformações do contemporâneo e participação social**. In: _____. (Ed.). *Juventude contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais*. Rio de Janeiro: Nau, 2005. p. 9-16.

DUBAR, C. **A socialização: construção de identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

ERIKSON, E.H. **Identidade: Juventude e crise**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FLORIT, L. F. **Natureza, Especismo e Vocações ambientais**. Dilemas Éticos e Políticos para o Desenvolvimento Territorial Sustentável. XIV ANPUR, 2011.

FORACCHI, M. M. **A Juventude na Sociedade Moderna**. São Paulo: Pioneira, 1972.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005. Capítulo: Gênero e sexualidade, 101-127p.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999. _____. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1987.

HEIDEGGER, M. (1981). **Todos Nós...Ninguém: um enfoque fenomenológico do Social**. São Paulo: Moraes.

KERSTING, Wolfgang. **Universalismo e Direitos Humanos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p.58.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec. 5. ed. 1998, 269p.

MOYSÉS, M.; APARECIDA, A.; COLLARES, C. A. L. **Controle e Medicalização na Infância**. Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude. UFRJ, p.11-21, 2013.

PAIS, J. M. **A construção sociológica da juventude: alguns contributos**. *Análise social*, Lisboa, v. 25, n. 105-106, p. 139-165, jan, 1990.

_____. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa nacional. Casa da moeda, 1993.

PALANGE, Ivete. **O enigma do conhecimento**. Brasília, SENAI/DN, Série SENAI/Formação de Formadores, 1999.

PANZUTTI, N. da P. M. **Mulher rural: eminência oculta**. *Informações Econômicas*. São Paulo, v. 26, n.3, p. 9-22, 1996.

PERALVA, A. T. **O jovem como modelo cultural. Revista Brasileira de Educação.** São Paulo, n5-6, p.15-24, maio/dez. 1997.

POCHMANN, M. **Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa?** Educ. Soc. Campinas, vol. 25, n. 87, p. 383-399, maio/ago. 2004 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

PUNTEL, J. A. et.al. **Situação e Perspectivas dos Jovens Rurais no Campo. Anais do I Debate de Circuitos Acadêmicos.** IPEA-CODE, 2011.

RENKE, A.; BADALOTI, R. M.; WINCKER, S. **Mudanças socioculturais nas relações de gênero e intergeracionais: o caso do campesinato no Oeste Catarinense.** Gênero e Geração em Contextos Rurais, 2010.

RUA, Maria da Graça. **As Políticas Públicas e a Juventude dos anos 90.** In: RUA, M.G. (Org.). Jovens Acontecendo nas trilhas das Políticas Públicas. Brasília: CNPD, 1998. p. 731---752.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado, fundamentos técnico e metodológico da geografia.** São Paulo: Hucitec, 1988.

SCOTT, P.; ATHIAS, R.; QUADROS, M. T. **Saúde, Sexualidade e Famílias Urbanas, Rurais e Indígenas.** Recife: UFPE, 2007.

WANDERLEY, M. de N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** In: TEDESCO, J. C. **Agricultura familiar: Realidades e perspectivas.** Passo Fundo: EDIUPF, p. 23-56, 1999.

WEISHEIMER, N. **Estudos sobre os jovens rurais do Brasil: mapeando o debate acadêmico.** Brasília: Nead/MDA, 2004.